

Mulheres rurais em luta: uma perspectiva autoetnográfica sobre a vida cotidiana

 Helen Carolina Gomes Neves¹,  Magno Nunes Farias²

¹ Escola de Saúde Pública do Distrito Federal - ESP/DF. Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental do Adulto. SMHN Quadra 03, Conjunto "A", Bloco 01 – Edifício Fepecs. Brasília – DF. Brasil. ² Universidade de Brasília - UnB.

Autor para correspondência/Author for correspondence: helen.nevesto@gmail.com

RESUMO. O presente trabalho propôs uma investigação sobre as mulheres rurais e suas lutas cotidianas, colocando o território e gênero em perspectiva. Para isso, utilizou-se a autoetnografia, focalizando as experiências e narrativas que envolvem o pessoal, cultural e a posição da autora, a fim de sintetizar e problematizar processos importantes que dizem das vidas de mulheres rurais. Nas discussões realizadas, foram contempladas análises sobre a identidade das mulheres rurais brasileiras, o seu dia a dia, a sobrecarga da mulher, o papel do cuidado e os direitos sociais, antes de adentrar no debate sobre o movimento politizado com enfoque na *Marcha das Margaridas*, trazendo a dimensão que diz da luta dos sujeitos individuais e coletivos. Dessa forma, foi possível constatar que a luta não se limita aos movimentos sociais politizados, estendendo-se significativamente ao cotidiano. Todavia, as mobilizações desses movimentos desempenham um papel crucial na transformação da realidade dessas mulheres – em diálogo com a vida de todo o dia.

Palavras-chave: identidade de gênero, trabalhadores rurais, contexto social, assistência pública, terapia ocupacional.

Rural women in struggle: an autoethnographic perspective on everyday life

ABSTRACT. The present work proposed an investigation into rural women and their everyday struggles, placing the territory and gender in perspective. To achieve this, autoethnography was employed, focusing on the experiences and narratives involving the personal, cultural, and the author's position to synthesize and problematize important processes related to the lives of rural women. In the discussions conducted, analyses were included regarding the identity of Brazilian rural women, their daily lives, the burden on women, the role of care, and social rights, before entering into the debate on politicized movements with a focus on the *Marcha das Margaridas (March of the Daisies)*, bringing forth the dimension that speaks about the struggle of individual and collective subjects. Through this approach, it was possible to observe that the struggle is not limited to politicized social movements but extends significantly into everyday life. However, the mobilizations of these movements play a crucial role in transforming the reality of these women – in dialogue with everyday life.

Keywords: gender identity, rural workers, social environment, public assistance, occupational therapy.

Mujeres rurales en lucha: Una perspectiva autoetnográfica sobre la vida cotidiana

RESUMEN. El presente trabajo propuso una investigación sobre las mujeres rurales y sus luchas cotidianas, poniendo en perspectiva el territorio y el género. Para ello, se utilizó la autoetnografía, enfocándose en las experiencias y narrativas que involucran lo personal, lo cultural y la posición de la autora, con el fin de sintetizar y problematizar procesos importantes que se relacionan con las vidas de las mujeres rurales. En las discusiones realizadas, se incluyeron análisis sobre la identidad de las mujeres rurales brasileñas, su día a día, la sobrecarga de la mujer, el papel del cuidado y los derechos sociales, antes de adentrarse en el debate sobre el movimiento politizado con un enfoque en la *Marcha das Margaridas (Marcha de las Margaritas)*, trayendo la dimensión de la lucha de los sujetos individuales y colectivos. De esta manera, fue posible constatar que la lucha no se limita a los movimientos sociales politizados, sino que se extiende significativamente a la vida cotidiana. Sin embargo, las movilizaciones de estos movimientos desempeñan un papel crucial en la transformación de la realidad de estas mujeres, en diálogo con la vida cotidiana.

Palabras clave: identidad de género, trabajadores rurales, medio social, asistencia pública, terapia ocupacional.

Introdução

As mulheres rurais enfrentam desafios diários relacionados às questões de gênero, que impactam diretamente sua inserção e participação na vida social. Diante desses obstáculos, elas têm consolidado movimentos de luta que buscam romper com a ordem patriarcal, assumindo o papel de protagonistas em suas histórias e articuladoras de outras formas de vida. - que acontecem no fazer cotidiano. Assim, esse cotidiano, que diz do prático e simbólico, do diálogo com a totalidade e da possibilidade contínua de transformação social (Lefebvre, 1991), é vivenciado pela mulher no território rural, anunciando desafios e limites operados pelas opressões, mas também brechas de subversão e enfrentamento.

Nesse sentido, o objetivo desse estudo foi percorrer e compreender elementos específicos sobre as mulheres rurais e a constituição de suas lutas cotidianas, bem como, os significados e desdobramentos do envolvimento destas em movimentos de luta por direitos sociais. A investigação foca nas dimensões de gênero e território, com ênfase nos atravessamentos entre o cotidiano e a participação nos movimentos sociais.

Para tal, utilizei a autoetnografia (Hayano, 1982), que trará suporte à narrativa por meio das minhas vivências pessoais, familiares e acadêmicas, no curso de terapia ocupacional e em um projeto voltado à saúde da mulher rural. Com caminhos trilhados em oficinas, visitas e interações realizadas na *Marcha das Margaridas*, em assentamentos, acampamentos do Distrito Federal e em uma comunidade rural do interior da Bahia, onde parte da minha família vive, busco constituir o percurso desse estudo.

Portanto, as vivências aqui descritas ocorreram entre os anos de 2018 e 2023, e incluíram visitas domiciliares, participação em oficinas temáticas com mulheres rurais em assentamentos, acampamentos do DF e durante a *Marcha das Margaridas* (2019 e 2023). Estão abarcadas também, observação participante e conversas informais realizadas em viagens anuais para o meu contexto familiar, de 2018 a 2023.

Os registros dessas experiências foram feitos em cadernos de campo, documentos online, registros fotográficos e relatos orais, também sendo utilizadas de referência às produções das participantes, em cartazes e tecidos, compondo materiais de análise a serem interpretados à luz da autoetnografia - que perpassam diversas mulheres, inclusive de minha família. Essa escolha metodológica me permitiu entrelaçar a vivência pessoal com as práticas

coletivas observadas, valorizando o conhecimento situado e o diálogo entre saberes populares e acadêmicos.

Encontros com a autoetnografia

A autoetnografia engloba reflexões geradas a partir de experiências vividas pela pesquisadora, narradas em primeira pessoa, interligando o pessoal ao cultural, considerando sempre um contexto social (Blanco, 2012). Em diálogo com os autores, compreendi que essa abordagem metodológica confere legitimidade à experiência como parte de um processo de investigação e fonte de produção de conhecimento, especialmente em contextos onde o saber popular é historicamente invisibilizado (Ellis, Adams & Bochner, 2011; Blanco, 2012).

Gilberto Velho (1978) discorre sobre o caráter científico advindo de um relato de uma pessoa que não tem formação acadêmica na área a ser pesquisada, mas, que tem familiaridade com o assunto específico a ser estudado. Dessa forma, o antropólogo afirma que mesmo que tal informação não se iguale a um conhecimento científico normatizado, o interlocutor pode oferecer contribuições valiosas, por meio de suas experiências, visões e opiniões frente à determinada realidade social.

Dessa forma, comecei a pensar que desde o meu nascimento, mantenho uma interação frequente com familiares e o meio rural em que vivem, cercados por tradições, crenças e modos de vida transmitidos por gerações na comunidade, marcada pelo contexto do interior da Bahia. Nessa percepção, especialmente sob o olhar da terapia ocupacional, começo a notar a construção das relações no ambiente e como os aspectos de seu histórico têm influenciado em seus cotidianos - e no meu. Visto que esses sujeitos são atravessados por saberes populares, processos de ruptura e conflitos que, por vezes, são naturalizados, em razão de rotinas estabelecidas, de como ocorreu seu próprio desenvolvimento, de influências do contato constante com a natureza e os animais, bem como a confinidade com outras pessoas em suas redes sociais ou mesmo em decorrência da marginalização e vulnerabilidade social, do isolamento e da exploração da mão de obra (Silva, Farias & Lopes, 2023).

A minha participação em um projeto de pesquisa, intitulado “Capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e Profissionais da Atenção Básica para Atendimento na Promoção de Políticas de Equidade em Saúde com Foco na Mulher Rural”, frequentemente chamado por

“Observa Mulheres Rurais”, se mostrou um guia para me dedicar a compreender melhor acerca desses cotidianos. Que se amadureceu com minhas vivências nas Marchas da Margaridas dos anos de 2019 e 2023, as quais, respectivamente, tinham como lema: “Margaridas na Luta por um Brasil com Soberania Popular, Democracia, Justiça, Igualdade e Livre de Violência” e “Pela Reconstrução Do Brasil e Pelo Bem Viver” (CONTAG, 2023a).

Portanto, para garantir o rigor da abordagem autoetnográfica, adotei uma postura reflexiva constante sobre o meu lugar enquanto pesquisadora-participante, comprometida com a ética às narrativas compartilhadas. Esse percurso metodológico possibilitou reconhecer o meu envolvimento político, acadêmico e afetivo que atravessa a tessitura das análises. A partir das minhas experiências pessoais, na academia e nos movimentos sociais, consolida-se a minha intenção de investigar o cotidiano de mulheres rurais, as percepções de si em seus papéis sociais, — seja no entendimento sobre o próprio cuidado, nas relações interpessoais, nas dinâmicas do território, na gestão da vida coletiva e na participação social e política.

Mulheres rurais e a luta que atravessa o cotidiano

Quem são as mulheres rurais brasileiras?

Neste tópico, não discorro para tentar definir e delimitar quem são essas mulheres, mas objetivo visualizar e aprofundar aspectos que as compõem e incidem em suas formas de viver e construir coletivamente reivindicações que são importantes para suas realidades.

As mulheres dos campos, das águas e das florestas falam por elas mesmas, são negras, feministas, agricultoras, semeadoras, provedoras, educadoras, artistas, resistentes, inteligentes, revolucionárias, lutadoras, trabalhadoras, conhecedoras da natureza, companheiras, vitoriosas e tantos outros adjetivos. “É aquela que tá pronta para tudo, em qualquer hora” e “uma que luta pelos seus direitos, pela terra”. Essas informações foram construídas durante uma oficina com mulheres presentes na Marcha das Margaridas, na qual compartilharam perspectivas sobre si no papel pardo (Figura 1):

Figura 1 - Atividade de caracterização da mulher rural em papel pardo.



Fonte: Membros do grupo Observa Mulheres Rurais (2019).

A identidade camponesa é reconhecida por elementos próprios que a caracterizam, como o modo de vida, a forma de se relacionar com grupos sociais distintos e a relação com a natureza, manifestados pelas comidas típicas, hábitos alimentares, cultura, danças, músicas, mística e a maneira de cuidar da terra e reproduzir nela. A construção de um “feminismo camponês e popular” engloba em suas pautas a discussão de gênero como fundamental para a transformação social e a segurança alimentar como parte de um projeto da sociedade. Buscam reconhecimento e valorização de seus saberes, práticas cotidianas, bem como a forma de se relacionar com a natureza como construção histórica, destacando a importância de repensar uma nova sociedade, para além da exploração capitalista (Silva, 2011; Santos & Betto, 2021).

As mulheres rurais do meu convívio, tradicionalmente, são responsáveis por guardar e compartilhar saberes com as gerações seguintes. Sendo alguns conhecimentos voltados à agricultura e recursos para subsistência, medicina natural, espiritualidade e práticas de cuidado diversas instâncias. Geralmente repassados como contos, aconselhamentos ou demonstrações práticas. Elas fazem parte e são a comunidade, sendo conhecidas por cada morador de uma maneira, e a cada uma, são atribuídas memórias que contribuem para a construção de sua identidade sob a perspectiva do coletivo.

Percebo que elas procuram aparentar força e se manterem resilientes frente às adversidades. No entanto, tal contexto contribui para o desenvolvimento de muitas fragilidades

e é importante reconhecê-las. Assim, o olhar do outro também precisa se voltar para elas, seja pela escuta, partilha, ao “mandar lembranças”, expressar admiração, respeito ou mesmo auxiliando-as no dia a dia. Em uma realidade que frequentemente subestima suas contribuições, torna-se fundamental cultivar relações que destaquem e celebrem a riqueza de saberes e experiências que elas oferecem à comunidade e à sociedade como um todo.

Vivemos em uma sociedade que tende a ser paternalista e, de certa forma, isso inclui uma esfera machista, na qual o homem é frequentemente visto como o provedor da família. No contexto da agricultura, há a crença de que as mulheres possuam habilidades específicas, como executar múltiplas tarefas simultaneamente e conciliar responsabilidades de cuidado com o trabalho. Muitas vezes, isso significa levar o filho consigo. Além disso, acredita-se que elas estejam mais disponíveis para trabalhos temporários, que podem se concentrar em períodos específicos durante o ano, como o plantio e a colheita, ou para funções que ocupam poucos dias da semana, ou apenas algumas horas por dia (Brumer, 2004).

Em uma conversa com uma tia, ela contava como estava sobrecarregada de afazeres e que os seus filhos adultos e o esposo estavam ajudando cada vez menos em casa, sobrando tarefas para ela e suas duas filhas. Como explica Mingo (2011), quando os filhos têm idade o suficiente para maior independência, a organização do cuidado das crianças e das tarefas domésticas é geralmente dividida entre as mulheres que moram no local, para ser viável a realização do trabalho remunerado para a genitora. Um dia, essa tia percebeu que ao se dispor diariamente a realizar tarefas que condiziam ao interesse deles, os havia colocado em uma zona de conforto. Diante disso, decidiu interromper alguns desses favores cotidianos, como lavar o sapato dos filhos adultos e do esposo, o que evidenciou a importância dessas tarefas quando, em sua ausência, eles precisaram se responsabilizar por elas. Nesse episódio, observo um movimento efetivo de delegação de uma, entre diversas atividades extras que recaem sobre a figura materna ou feminina.

Ao prosseguir com o tema da sobrecarga de atividades, desta vez em um ambiente em que estavam presentes as figuras masculinas, um dos filhos em tom irônico, questionou se as mulheres seriam capazes de suportar um dia inteiro de trabalho no roçado, sob o sol. A mãe, prontamente respondeu, afirmando que já esteve nas duas situações e que ele não sabia o que estava dizendo, reconhecendo que embora o trabalho na roça fosse exaustivo, ela tinha apenas uma função, mas destacava a dificuldade de “dar conta” de tantas tarefas diferentes e pesadas

relacionadas ao lar em um dia inteiro.

Partes dessas tarefas se davam pelo preparo dos alimentos, a limpeza da casa, a lavagem das roupas, o cuidado com os animais e a horta, além da responsabilidade pelo cuidado com os pais idosos e a limpeza da casa destes, que moravam em outro ponto do território. Em alguns dias, ainda era necessário sair cedo para a feira, à uma hora de distância, ou trabalhar na casa de terceiros.

Esse diálogo evidencia como o cuidado com o lar e suas extensões é frequentemente subestimado pelos homens, mesmo sendo um trabalho tão árduo quanto o trabalho no campo, que também é reconhecido pela mulher, pois ela também o realiza. A categoria de sobrecarga invisibilizada, aqui narrada e analisada, foi identificada de forma recorrente nos registros de campo realizados durante as oficinas e conversas com as mulheres dos dois estados, Distrito Federal e Bahia, que relataram acúmulo de funções diárias não reconhecidas majoritariamente no âmbito familiar.

As mulheres participam em diversas fases do trabalho agrícola, sendo majoritariamente voltadas à subsistência da família, e, mesmo quando requer esforço físico e ritmo intenso, são constantemente rotulados como ajuda. Esse fator deve ser reavaliado e rediscutido em conjunto com o coletivo de mulheres, para que haja uma instrumentalização que propicie o reconhecimento formalizado de seus papéis, pois, essa percepção distorcida dificulta a comprovação de seu *status* como trabalhadoras rurais, o que, por sua vez, limita seus direitos sociais (Nina, 2014).

A seguir, coloco uma imagem que me remete a esfera ambiental e relacional desses relatos, porém, com outra personagem (Figura 2):

Figura 2 - Familiar no caminho da roça carregando uma sacola de frutas na cabeça.



Fonte: autoria própria (2022).

No meio rural, há uma caracterização dos trabalhos desenvolvidos como leve ou pesado, de forma relativa, de acordo com cada tipo de atividade. Por vezes, as próprias mulheres colocam tarefas da casa como leves, em contraposição aos trabalhos executados em outras esferas. Assim, quando se constrói um quadro de agravos de saúde, a fim de compreender as queixas de dores e outros adoecimentos, percebe-se uma dificuldade de associar e reconhecer tais demandas a atividades tidas como leves, que, porém, podem colocar um grupo de mulheres em risco (Brumer, 2004; Nina, 2014).

No desempenho de seus papéis sociais, ao serem colocadas como as principais responsáveis pelas tarefas de cuidado e reprodução em seus lares, existe um encargo para as mulheres no que diz à organização da vida diária de todos que compõem aquele núcleo familiar. Estas devem coordenar o seu tempo e disponibilidade a fim de suprir as demandas de dois espaços com diferentes lógicas, caracterizando a dupla jornada. É comum que, com essa naturalização, exija que elas renunciem a oportunidades e tomem decisões em que os homens geralmente não precisam se preocupar. Usualmente, ela encontra assistência em suas redes de apoio, que na maioria das vezes é composta por vizinhas, irmãs, tias, avós e amigas, refletindo a sobrecarga nas mulheres (Carrasco, 2003; Mingo, 2011).

Considerando isso, mostra-se importante a resignificação da atribuição desses papéis, tais mulheres ocupam-se também com o plantio de ervas medicinais, artesanato, participam de

reuniões coletivas, atividades religiosas e culturais na comunidade onde vivem, elas fazem parte de uma rede e desenvolvem múltiplas atividades produtivas. É necessário repensar que atividades relacionadas ao lar não se resumem a uma simples ajuda, mas fazem parte da manutenção significativa do mesmo, bem como a participação em atividades produtivas contribuem economicamente (Sales, 2007).

Direitos sociais: desafios frente à educação, violência e saúde

Para as mulheres jovens do contexto rural, hoje, em consonância com os estudos de Tonezer et al. (2022), novas perspectivas e oportunidades têm sido pensadas em comparação às possibilidades quase restritas no passado. No entanto, antes de afirmar que essas mudanças proporcionaram transformações efetivas na vida delas, é necessário observar a vida concreta atual. Essa realidade envolve fatores como maior possibilidade de mobilidade, acesso à educação e à saúde, construção de novas políticas públicas, ressignificação de papéis sociais e ocupacionais, além de novas oportunidades de inserção social e profissional, ainda que limitadas.

Neste contexto, elenco reflexões sobre algumas situações, por meio de narrativas familiares interpretadas como exemplares de um processo mais amplo, em que as jovens expressaram os seus conflitos entre a continuidade educacional e os papéis sociais a elas culturalmente atribuídos.

Este ano, a minha família, por parte de mãe, vivenciou a realização de ter a primeira formada no ensino superior. Tal acontecimento teve um impacto simbólico, algo antes distante, foi alcançado, ressignificando toda uma estrutura previamente marcada por maiores limitações, ampliando as possibilidades de se visualizar o futuro. Um diferencial, relatado pela mesma, se deu pelo fato de conseguir se manter na faculdade sem precisar trabalhar e ter escolhido finalizar antes de se preocupar com demandas de uma vida de casada.

Levando isso em conta, em outra situação, para Luiza (nome fictício), também uma familiar, que foi preciso que ela se mudasse para o emprego na cidade mais próxima de sua casa, para conseguir pagar a mensalidade da faculdade. A mesma, ao analisar as condições que ela precisou se submeter, como as longas horas de trabalho sendo cuidadora para uma baixa remuneração e folga apenas a cada 15 dias, possibilitando que ela veja a família apenas duas vezes por mês, Luiza diz que é muito difícil não pensar em desistir, mesmo já estando na

metade da graduação.

As duas escolheram graduações voltadas à pedagogia, visto que, além de ser uma das profissões de ensino superior em que elas mais tiveram contato, é uma das poucas opções no que diz a empregabilidade perto de casa. A maioria das mulheres que também fizeram ou estão fazendo a graduação em faculdades mais próximas à região, também optaram por essa área de estudo, pelos mesmos motivos citados.

No terceiro caso, Rosa (nome fictício), que mora na mesma comunidade, não deu continuidade aos estudos, casou-se e foi viver na casa do esposo junto aos familiares dele, temporariamente. Ao se unir a esse núcleo familiar, aos poucos, tarefas lhes foram atribuídas, ao mesmo tempo em que ela se dispôs a realizá-las, frente a uma perspectiva de certa obrigação moral, construída por condicionantes de gênero.

As mulheres das gerações mais antigas enfrentaram desafios diferentes dos que as gerações mais jovens têm diante de si. Alguns desafios persistem e novos obstáculos aparecem, desencorajando jovens a continuarem seus estudos, resultando em altas taxas de evasão escolar na comunidade. Muitas enxergam a possibilidade de casar-se, cuidar da casa, criar filhos e encontrar trabalhos temporários como o caminho mais viável. Isso não implica que este seja um problema em si, mas sim que essas limitações presentes restrinjam suas escolhas.

Assim, tais perspectivas de trabalho para as mulheres podem ser categorizadas em duas abordagens: aquela que define a carreira profissional a partir de seus estudos (sem se desfazer da possibilidade de projetos associados à formação de uma família) e aquela que a sua inserção e manutenção no mercado de trabalho se dará a depender do tempo disponível em segundo plano, após as responsabilidades familiares e domésticas. As jovens enfrentam obstáculos explícitos e implícitos na continuidade de seus estudos, ingresso ao mercado de trabalho e em atividades de lazer. Mesmo que muitas os reconheçam e os critiquem, elas os encaram como parte da realidade. O que leva à conclusão de que há um embate constante entre seus desejos e as circunstâncias que enfrentam, sobrepondo as suas aspirações particulares (D'Angelo, 2011).

Outros processos que incidem diretamente nos processos educativos são aqueles que dizem da violência doméstica vivenciada por essas mulheres. As informações descritas a seguir foram organizadas com base em falas colhidas durante conversas cotidianas com familiares no contexto rural da Bahia, bem como em rodas de conversa e visitas domiciliares realizadas em assentamentos do Distrito Federal, como parte das ações da pesquisa de campo.

Nessas ocasiões, a partir da escuta sensível e da mediação coletiva das narrativas, também envolvendo o coletivo do projeto Observa, as mulheres das diferentes comunidades relataram vivências relacionadas a diversos tipos de violência. A partir disso, foi possível identificar como essas violências se manifestam no cotidiano, interagem com as dinâmicas familiares e comunitárias e impactam profundamente suas vidas.

No contexto da região onde a minha família vive, diversos são os casos de violência e quase todos são naturalizados, principalmente os de violência psicológica, que por vezes, não é considerado. Hoje, observa-se um movimento de espanto quanto às situações, porém, há uma prevalência da individualidade, no sentido de autoproteção, ou mesmo evitar conflitos que não solucionariam as ocorrências. O auxílio é dado à vítima quando ela “corre para se esconder”, geralmente com os filhos, na casa de outra mulher de confiança. A mesma toma medidas visando à proteção e o cuidado da companheira, assim, quando as coisas “se acalmam” ela retorna para casa.

No instante em que terceiros interferem no momento da agressão, podem sofrer ameaças à vida, visto que muitos homens do local têm acesso a armas brancas e de fogo. Geralmente é atrelado ao uso abusivo de substâncias como fator de risco, em destaque o álcool, porém, não poderia ser reduzido a isso sem pensar na complexidade sociocultural, assim, também entram as formas de controle, dominação masculina e histórico de violência na família (Pinheiro & Andrade, 2023).

Contudo, nos relatos colhidos, quando o agravamento da violência está associado ao álcool, em núcleos familiares, o agressor tende a ameaçar fisicamente a esposa, e se os filhos intervêm, também correm o risco. Quando os agressores são abordados no dia seguinte, se esquivam, relatam não se lembrar do episódio ou criam promessas de que não farão novamente, compromisso que frequentemente é deixado de lado na oportunidade seguinte. Em algumas circunstâncias, as mulheres acabaram migrando para a casa de outros parentes mais distantes ou foram tentar se estabelecer nas cidades, buscando empregos que forneciam moradia para se estabelecer inicialmente e posteriormente conseguir um lugar para, assim, levar os filhos, deixados aos cuidados de alguma familiar.

Quando estive em contato com mulheres em assentamentos no Distrito Federal, compreendi que mesmo inseridas em um contexto de maior conscientização de seus direitos, inclusive protetivos, ainda estavam vulneráveis às violências, de forma que o manejo para lidar

com tais situações não se simplificava. Existem elementos que dificultam, como as casas que não são tão próximas, o silenciamento da vítima por restrição do abusador ou por medo de piora da situação, diminuindo o contato com as outras, em um movimento equívoco de proteção à estrutura familiar, receio de ficar em situação de rua, perder a terra ou mesmo de ser culpabilizada. Por vezes, as pessoas ao redor não sabem como lidar e as autoridades não mantêm supervisão naquele meio distante da cidade.

Os relatos presentes na pesquisa de Grossi e Coutinho (2017) evidenciam que a submissão das mulheres aos desejos do marido se torna comum, geralmente por medo de confrontação. A pesquisa destaca como a violência nessas relações é perpetuada pela falta de apoio social e pela aceitação cultural dessa submissão. O isolamento social e a vergonha muitas vezes impedem as mulheres de buscar ajuda. Todo esse contexto influencia de forma direta e indireta no que diz as atitudes das mulheres que convivem com a violência, se tornando um obstáculo à renúncia do relacionamento.

As redes de apoio visam romper com os processos de violência de gênero, especialmente em áreas rurais e periféricas. A falta de suporte da rede formal estatal amplifica a complexidade da violência, que se manifesta de maneiras diversas na vida cotidiana, abrangendo não apenas a ausência de uma rede especializada, mas somada a rede informal, envolvem também fatores culturais, religiosos, institucionais, sociais e econômicos (Grossi & Coutinho, 2017).

Para enfrentar tais situações, destaca-se a necessidade de “uma rede intersetorial forte e articulada, o fortalecimento da Estratégia de Saúde da Família, considerando que é o serviço mais próximo das mulheres do campo, a construção de ações coletivas, como os grupos, uma rede social de apoio e a participação política em movimentos sociais rurais” (De Carvalho, 2019, p. 176). Um exemplo prático é quanto o papel dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) na visita domiciliar, essa que facilita o acesso e a detecção de situações de violência. Dada à complexidade, é fundamental que os ACS recebam apoio multiprofissional e intersetorial para atender efetivamente às necessidades das mulheres rurais em contextos de violência (Arboit et al., 2018).

Em alguns acampamentos e assentamentos do DF, as mulheres relataram sobre um suporte público quase inexistente nas áreas em que moram, referiram dificuldades quanto ao saneamento básico, disponibilidade de água potável e energia elétrica, por exemplo. Em um

assentamento, a água é armazenada em uma caixa d'água, porém é imprópria para beber, dessa forma, os moradores precisam comprar água na cidade. Ainda assim, a chegada da água na caixa depende da energia elétrica que tem uma baixa potência. As mulheres citam o reduzido acompanhamento em saúde, visto que a frequência de visita diminuiu para uma vez ao ano e a cobertura pela atenção básica não considera a região pré-assentada, atendendo somente quando resta vaga.

Como exemplificado por Bonafim e Gouvêa (2020), os profissionais de saúde relatam não serem capacitados para atender o público, por não conhecer o meio em que elas trabalham e os fatores de riscos a qual estão expostas, não contribuindo com orientações além dos protocolos pré-existentes, não formulados pensando no contexto rural. A articulação entre a comunidade pode cooperar em casos de falta de assistência, em última instância, precisam pensar em medidas para diminuir as implicações que o descaso pode acarretar. Como o combinado entre os vizinhos para evitar focos de água parada e o acúmulo de lixo próximos às casas, a ajuda prática, o compartilhamento de informações sobre direitos, saberes quanto à medicina natural, ou mesmo a ida em grupo para cobrar os órgãos responsáveis.

A partir da luta cotidiana é possível captar de onde se originam as tensões e os questionamentos, que viram demandas. É onde se reinventam para achar soluções pontuais, mas com capacidade de alterar aspectos a longo prazo, por vezes vistos como pequenos demais para aderir tamanha importância. Quando associados aos movimentos sociais, junto a uma valorização tanto da instrumentalização, quanto do processo de reflexão e troca de saberes entre as mulheres, as possibilidades de atitudes a serem tomadas frente às diversas realidades se potencializam.

Movimento social e as Margaridas

A Marcha das Margaridas (MM) é uma iniciativa estratégica e colaborativa que reúne mulheres do campo, das águas e das florestas e da cidade de todo o Brasil e de diversos movimentos políticos, que representam identidades como quilombola, indígenas, pescadoras, quebradeiras de coco, assentada, agricultora. A Marcha é uma homenagem à luta política e social de Margarida Alves, ex-líder sindical, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, sendo a primeira mulher a ocupar tal cargo. Margarida foi

assassinada em 12 de agosto de 1983, tornando-se um símbolo de resistência contra as injustiças no campo (Sousa, 2017).

Ademais, a denominação da marcha surge como uma forma de denunciar as desigualdades enfrentadas pelas trabalhadoras rurais. As ativistas unem propostas visando fortalecer a democracia e a participação das mulheres em uma perspectiva de soberania popular, promoção da igualdade de gênero, combate à violência e ao racismo, proteção ao meio ambiente, garantia de autodeterminação dos povos, acesso a recursos naturais, associado à agroecologia, segurança alimentar e nutricional, assegurando direitos territoriais, econômicos, sociais e educacionais, bem como acesso à inclusão digital (CONTAG, 2023b; Silva, 2008).

A afirmação da Marcha resulta diretamente nas políticas públicas e surge para garantir e ampliar as ações voltadas para as mulheres do campo. Sendo assim, as relações entre os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais são atravessadas por influências, tanto por parte delas, incidindo sobre as instituições que se inserem, quanto pelas instituições que desempenham um papel de agregar à forma de pensar e agir das trabalhadoras, propiciando transformações mútuas (Sousa, 2017).

Em 2019, durante três dias de encontro, a partir do projeto Observa Mulheres Rurais, foram realizadas pesquisas com as mulheres adultas das diversas regiões que estavam presentes no pavilhão. Nós pesquisadores, utilizamos questionários quali-quantitativos, a fim de obter dados sociodemográficos e no que concerne à moradia, a comunidade, ao acesso e acessibilidade, a assistência em saúde e a realização das atividades diárias.

De forma interventiva à reflexão coletiva, realizamos as oficinas “Quem é a Mulher Rural? que consistia em uma corpografia em papel pardo, e de “Receitas”, objetivando o compartilhamento de saberes entre as mulheres visando formas de estabelecer o próprio cuidado e de outras companheiras; Também foram desenvolvidas abordagens com cartazes contendo perguntas como “Onde dói na mulher rural?”, “Qual a sua relação com a terra?”, “Quem cuida da mulher rural?”, “Qual o lazer da mulher rural?”, “Em sua opinião, quais são as ações que podem prevenir a violência contra a mulher?”, “Quais são as suas necessidades de saúde?”.

Essas abordagens trouxeram respostas diversificadas quanto às múltiplas e intensas vivências dessas mulheres que, para mim, repercutiram em novas formas de percebê-las. Durante as interações, relacionaram aspectos das suas vidas atrelados a figura de militância

que representam. Demonstravam orgulho de onde vivem e da vida que levam, e principalmente, de suas conquistas, ao mesmo tempo em que desvelavam as injustiças que sofriam no meio e na extensão urbana em seus cotidianos.

Nesse sentido, especialmente, me chamou a atenção o tópico “Onde dói na mulher rural?”, onde revelaram além das dores físicas, as emocionais, tomadas pela desvalorização de seu trabalho e dos julgamentos, mesmo pelos entes mais próximos. Em contrapartida, vejo que a oficina de receitas surgiu como um meio de incentivar o reconhecimento pelos saberes dessas mulheres e explorar o potencial de compartilhamento entre elas, como mais uma iniciativa a rede de cuidado e apoio. Ambiente que propiciou uma oportunidade para trocas sobre a importância do autocuidado seja por meio do descanso, exercícios físicos, banhos relaxantes e de ervas, chás, acompanhamento em saúde, formas de lazer ou mesmo de buscar ajuda.

Juntas elas aprendem e desenvolvem novas habilidades, compreendem alternativas opostas ao que é colonial, que as levam a entender as estruturas do sistema que as atravessam. De forma coletiva, planejam suas ações, as formações políticas, a organização do espaço e das representações no movimento, de maneira que cada uma compreenda a importância da sua presença e atuação, estimulando a emancipação individual e coletiva (Van Der Schaaf, 2003; Porto, 2022).

Para a Marcha das Margaridas de 2023, elaborei uma intervenção aplicável ao contexto situacional da marcha, realizada durante a caminhada em direção ao Congresso Nacional. Assim, idealizando uma composição coletiva a partir dos discursos de margaridas de todo o Brasil, foi confeccionada uma bandeira, com tecido de algodão cru, havendo como pergunta central “Qual o impacto da luta para o seu cotidiano?” escrita em tinta de tecido, para que os espaços em branco fossem preenchidos com palavras ou frases que traduzissem ou simbolizassem os sentimentos e pensamentos delas quanto aos impactos de sua inserção na luta para a sua vida.

Juntamente a três companheiras do curso de Terapia Ocupacional, saí da Rodoviária do Plano Piloto em direção à Esplanada dos Ministérios. Nas abordagens do percurso, explicamos a intervenção para as participantes e as convidamos para escrever suas percepções, enfatizando a importância da contribuição dessas mulheres para a composição da bandeira que faria parte da marcha. A bandeira carregaria os dizeres de várias margaridas e ressaltaria os diversos motivos para estarem ali.

Durante o momento de escrita ou mesmo quando as mulheres ainda estavam cogitando as respostas, eu aproveitava para conhecê-las um pouco melhor e compreender as motivações que as levavam a concluir que aquela seria a palavra ou frase para integrar à bandeira. Algumas recorriam ao grupo para pensarem juntas em algo que poderia expressar o que era aquela vivência para elas e outras chamavam as companheiras para também explanarem suas ideias.

A pergunta central se mostrou complexa para uma reflexão mais pontual. Isso se evidenciou como um assunto possível de se destrinchar em camadas, concebível para uma intervenção em oficina, que buscasse conhecer o contexto e trajetória das participantes e a partir dali construir as perguntas de acordo com o que trouxessem. Frente a adversidades comunicacionais com a organização da marcha, não foi possível a realização da oficina, como planejado a priori. Assim, constatou-se a necessidade de adaptação da abordagem no evento.

Em relação à minha experiência como pesquisadora e estudante, a adaptação e flexibilização da abordagem da pesquisa ao ambiente da marcha tiveram diversos impactos positivos. A exemplo da minha maior abertura ao que estava por vir, sendo que, a pesquisa não foi restrita a uma estrutura pré-determinada para os resultados, permitindo um espaço livre para reflexão e expressão de cada participante ou grupo. Mesmo assim, o processo manteve um direcionamento alinhado aos propósitos do tema.

Das respostas escritas na bandeira, muitas palavras traduziam histórias, relações, ações concretas, com significados não palpáveis, como força, superação, empoderamento, esperança, união, resistência, luta, coragem, perseverança, mas também, o autocuidado, a qualidade de vida e conquistas de direitos sociais. Se tornando um prisma para mim, a fim de compreender sentimentos e emoções despertados nessas mulheres a partir de suas trajetórias e que vieram à tona naquele instante (Figura 3).

Figura 3 - Intervenção na Marcha para a composição da bandeira.



Fonte: autoria própria (2023).

Percebi que mesmo com a abordagem qualitativa, ainda havia uma expectativa gerada por mim, de que as respostas seriam mais tangíveis, como a conquista de uma terra, novas companhias, compreensão e uso prático de seus direitos, trocas de aprendizados. Contudo, ao perguntá-las como a superação ou força aparecia em suas vidas, elas me explicavam como a luta as tinham ajudado a superar adversidades cotidianas ou como se sentiam fortalecidas vendo todas aquelas margaridas unidas.

Em conversas durante a intervenção, as participantes enfatizavam que as mais velhas estavam ali em defesa do futuro das gerações posteriores, e quem se beneficiaria ainda mais do que estava sendo conquistado ali, eram os jovens. Era visível o impacto da nossa interação nas reflexões delas. Uma integrante de um movimento sindical de Fortaleza - CE enfatizou a importância do que nós, universitárias, estávamos fazendo, em referência ao engajamento da juventude, que concerne a uma validação do que elas têm a dizer e levar as informações a outros espaços que possam contribuir com a causa.

Um assunto frequentemente comentado entre as reivindicações das Margaridas foi o combate à fome. As mulheres citam os retrocessos quanto à volta do Brasil ao mapa da fome e a necessidade de tentar retomar antigas conquistas junto às novas demandas. Algo possível inferir da pauta de reconstrução atribuída ao lema de 2023. No caderno de pautas, elas colocam como objetivo combater a fome, promovendo uma alimentação saudável baseada na soberania alimentar e na inclusão de alimentos produzidos de maneira sustentável pela agricultura

familiar nas cestas básicas dos programas governamentais e que sejam fornecidos aos restaurantes populares (CONTAG, 2023b).

Segundo Van Der Schaaf (2003), ao analisar as atividades e engajamento político das mulheres rurais, fica evidente que a política está intrinsecamente ligada às suas vidas diárias. Os espaços que os movimentos proporcionam se mostram fundamentais para que haja uma reflexão e um debate, em que se reestabelece e revoluciona novos significados para conceitos que antes eram considerados exclusivamente políticos, desafiando essas limitações, como o que se considera por justo, cidadania ou direitos, politizando o que não é tradicionalmente político, ampliando as suas possibilidades. A partir da sua inserção em movimentos, as mulheres se tornam capazes de reconhecer e interpretar desigualdades, denunciar injustiças e participar de diálogos públicos. Assim, elas vão redefinindo as condições de suas próprias existências frente às suas necessidades. Estes se tornam espaços de representação conflitante na vida cotidiana desde então, começando a romper com hierarquias simbólicas que historicamente as mantiveram em uma posição subordinada, sujeitas à exclusão e discriminação.

Considerações finais

Os movimentos e mobilizações sociais têm desempenhado um papel crucial nas transformações individuais e comunitárias. A união das mulheres as fortalece de maneira a proporcionar, novos saberes, apoio mútuo e instrumentalização para enfrentar os desafios que compartilham. Assim, a elaboração de ações coletivas tem sido essencial para levar suas denúncias e reivindicações às autoridades, expandindo as possibilidades de efetivação de seus direitos. Tais ações evidenciam que mudanças estruturais mais amplas requerem a mobilização de sistemas maiores.

A etnografia e a autoetnografia, revelam-se ferramentas valiosas para compreender a realidade dos indivíduos e grupos, a partir de reflexões suscitadas pelos conhecimentos teóricos e vivências do pesquisador. Por meio da abordagem autoetnográfica, foi possível alcançar o objetivo proposto, evidenciando como as lutas das mulheres rurais se constroem não apenas nos espaços coletivos formais de militância, mas também no cotidiano atravessado por sobrecarga, desigualdade, resistência e modos de vida que englobam práticas socioculturais e

saberes tradicionais, os quais fazem parte de suas identidades e as fortalecem enquanto mulheres camponesas.

A pesquisa apresenta contribuições para o campo acadêmico ao propor uma leitura crítica e situada do cuidado emancipatório, considerando a história do sujeito em seu território e nos contextos de vida. É no contato cotidiano com o território e com as pessoas que nele vivem que acontecem as revoluções e transformações sociais, inter cruzando o individual e o coletivo - na dialética, culminando em uma resposta ou retorno expressivo mais próximo às suas realidades, impactando diretamente a vida dessas mulheres.

A revisão dos estudos teóricos destacou a necessidade de mais investigações e publicações sobre o tema, especialmente voltadas à assistência direta a essa população, além de maior capacitação para profissionais das áreas da educação, saúde e ciências sociais. A desinformação pode prejudicar o cuidado às mulheres rurais diante das especificidades de seus contextos. Os estudos expressados, também indicam a necessidade de promover mais ações comunitárias participativas, e inclusão dessas mulheres nos espaços de controle social, reconhecendo sua agência e saberes em decisões que dizem de suas vidas.

Referências

Arboit, J., Costa, M. C., & Silva, E. B. Colomé, I. C. dos Santos. (2018). Violência doméstica contra mulheres rurais: Práticas de cuidado desenvolvidas por agentes comunitários de saúde. *Saúde e Sociedade*, 27, 506-517. <https://www.scielosp.org/pdf/sausoc/2018.v27n2/506-517/pt>

Blanco, M. (2012). Autoetnografía: una forma narrativa de generación de conocimientos. *Andamios*, 9(19). <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=62824428004>

Bonafim, B., & Gouvêa, L. (2020). Saúde da mulher no meio rural: Uma revisão integrativa. In L. Castro, T. Pereira, & F. Moreto (Eds.). *Propostas, recursos e resultados nas ciências da saúde* (Vol. 5). Atena. <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/saude-da-mulher-no-meio-rural-uma-revisao-integrativa>

Brumer, A. (2004). Gênero e agricultura: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, 12(1). <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>

Carrasco, C. (2003). La sostenibilidad de la vida humana: ¿Un asunto de mujeres? In: *Mujeres y trabajo: cambios impostergables* (pp. 5-25). Veraz Comunicação.

CONTAG. (2023a). *Marcha das Margaridas*. Recuperado de <https://ww2.contag.org.br/retranca/marcha-das-margaridas>

CONTAG. (2023b). *Marcha das Margaridas*. Recuperado de <https://ww2.contag.org.br/pauta-da-marcha-das-margaridas-2023>

D'Angelo, L. F. (2011). El vínculo entre trabajo productivo y reproductivo en las trayectorias de mujeres jóvenes rurales. *Intersticios: Revista sociológica de pensamiento crítico*, 5(2). <https://intersticios.es/article/view/8538/6262>

De Carvalho, A. V. (2019). Violência contra a mulher no meio rural brasileiro: uma revisão integrativa. *Aletheia*, 52(2), 176. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/v52n2/v52n2a14.pdf>

Ellis, C., Adams, T. E., & Bochner, A. P. (2015). *Autoetnografía: Un panorama*. *Astrolabio*, (14), 249-273.

Galheigo, S. M. (2020). Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: Aportes teórico-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(1), 5-25. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO2590>

Grossi, P. K., & Coutinho, A. R. C. (2017). Violência contra a mulher do campo: Desafios às políticas públicas. *Serviço Social em Revista*, 20(1), 25-40. <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/32071/23366>

Hayano, D. M. (1982). *Poker faces: the life and work of professional card players*. University Of California Press.

Lefebvre, H. (1991). *A vida cotidiana no mundo moderno* (3ª ed.). Ática.

Mingo, E. (2011). Entre el hogar y el trabajo. Mujeres asalariadas en la agricultura del Valle de Uco, provincia de Mendoza, Argentina. *Nómadas. Critical Journal of Social and Juridical Sciences*, 29(1). <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18118941021>

Nina, S. F. M. (2014). *Trabalho, ambiente e saúde: Cotidiano dos fazeres da mulher rural na Amazônia* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Amazonas, Manaus. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4212>

Pinheiro, L. M. S., & Andrade, T. A. (2023). Perfil de homens autores de violência contra as mulheres: Revisão sistemática da literatura brasileira. *Psicologia Revista*, 32(1). <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/53979/43373>

Porto, A. D. (2022). *Afeto e auto-organização nas trajetórias de luta e resistência das mulheres: Uma autoetnografia da Marcha das Margaridas 2019* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa. <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/4315>

Sales, C. M. V. (2007). Mulheres rurais: Tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Revista Estudos Feministas*, 15(2). <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200010>

Santos, I. A. F., & Betto, J. (2021). Movimentos sociais rurais e feminismos: Percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular. *Caderno CRH*, 34. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.42344>

Silva, B. G. (2008). *A Marcha das Margaridas: Resistências e permanências* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/949>

Silva, M. F., Farias, M. N., & Lopes, R. E. (2023). Terapia ocupacional e meio rural: Uma revisão de escopo. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 31(2). <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1167/721>

Silva, M. T. (2011). Violação de direitos e resistência aos transgênicos no Brasil: Uma proposta camponesa. In Zanoni, M., & Ferment, G. (Orgs.). *Transgênicos para quem? Agricultura, Ciência e Sociedade* (pp. 432-447). MDA.

Sousa, M. B. (2017). *Marcha das Margaridas: Um olhar florido sobre a democracia* [Trabalho de Conclusão de Curso]. Universidade de Brasília, Brasília. <https://bdm.unb.br/handle/10483/18299>

Tonezer, C., Corona, H. M. P., & Ceratti, E. R. R. (2022). Juventude rural: Desafios e possibilidades de reprodução social da agricultura familiar. *Redes: Revista do Desenvolvimento Regional*, 27(1), 1–18. <https://doi.org/10.17058/redes.v27i1.15425>

Van der Schaaf, A. (2003). Jeito de mulher rural: A busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, 412-442. <https://www.scielo.br/j/soc/a/SBq7JkkgT98Tz53pRGZcXTb/?format=html&lang=pt>

Velho, G. (1978). Observando o Familiar. In Nunes, E. O. (Orgs.). *A aventura sociológica: Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social* (pp. 36-46). Zahar.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 02/12/2024
Aprovado em: 24/07/2024
Publicado em: 14/08/2025

Received on December 02nd, 2024
Accepted on July 24th, 2024
Published on August, 14th, 2025

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Neves, H. C. G., & Farias, M. N. (2025). Mulheres rurais em luta: uma perspectiva autoetnográfica sobre a vida cotidiana. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 10, e19491.

ABNT

NEVES, H. C. G.; FARIAS, M. N. Mulheres rurais em luta: uma perspectiva autoetnográfica sobre a vida cotidiana. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 10, e19491, 2025.